

2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 06 DE FEVEREIRO DE 2014.

Aos seis dias do mês de fevereiro de 2014 às oito horas, na Secretaria de Ação Social teve início à segunda reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência da presidente e representante titular da Sociedade Civil representando as Organizações de Atendimento às Pessoas com Deficiência. Estiveram presentes na reunião **dez (10) conselheiros: quatro (4) do poder público e seis (06) da sociedade civil, sendo os seguintes conselheiros titulares:** Dalva Deodato Taveira, Cristiane Barcaroli, Márcio Henrique Silva Nalini, José Fernando Siqueira da Silva, Fernanda Barcelos Figueiredo Salomão, Elisa Francisconi, Raquel Renzo da Silva, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Denizar Hermógenes da Paixão, Josiane Aparecida Antunes de Campos; **conselheiros suplentes:** Clóves Plácido Barbosa e Padre Célio Adriano Cintra. **conselheiros na titularidade** Raquel Costa Cândido Santiago e Aparecida das Dores Oliveira Schmidt Capela. **Com a seguinte pauta:**

Assuntos: Prestação de Contas do Estado - referente ao exercício de 2013; **Lei de Criação do CMAS** – proposta de cronograma para discussão; **IX Conferência Nacional de Assistência Social** – participação das delegadas; **Informes: Pleito Eleitoral Conseas** – realizada Assembleia com Entidades de Assistência Social; **Adefi** - Comunicado de mudança de endereço; **Informe do Órgão Gestor** - novas parcerias na execução de serviços; **Capacitação de Conselheiros** – curso on-line oferecido pelo TCU: “Controle Exercido por Conselhos de Assistência Social”. A presidente Tina iniciou a reunião apresentando as justificativas de ausência dos conselheiros: Juliana e Adriana. Em seguida realizou a leitura da pauta que foi aprovada sem alterações. A secretária executiva Maria Amélia solicitou a palavra para informar que a estagiária Juliana solicitou desligamento da Secretaria Executiva do CMAS, por motivos pessoais, porém a estagiária Aline estará substituindo-a, provisoriamente, e que em breve será realizado o processo de seleção para contratação de outra estagiária. Após, a secretária Raquel realizou a leitura da ata da reunião ordinária do dia 23 de Janeiro de 2014, que foi aprovada com as sugestões de alteração dos conselheiros: Dalva, José Fernando e Raquel. Dando início aos assuntos da reunião, Tina esclareceu que a Prestação de Contas do Estado, referente ao exercício 2013, deverá ser apreciada pelo colegiado e encaminhada a ata da reunião com a aprovação do colegiado, que deve compor a documentação de

prestação de contas a ser apresentada pelo Órgão Gestor ao Estado. A servidora da SEDAS, Sandra, iniciou a apresentação da síntese da Prestação de Contas do Convênio Estadual. Na **Proteção Social Básica**, o Estado repassou o valor de R\$ 46.968,00 (Quarenta e seis mil novecentos e sessenta e oito reais) para o segmento crianças e adolescentes, sendo executado pelas entidades Infacape, Ceprol e Bom Samaritano. O recurso repassado foi gasto na sua totalidade, sendo devolvido apenas o valor dos rendimentos do ano no valor de R\$ 57,64 (cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos). Na **Proteção Social Especial de Média Complexidade**, executado pelo CREAS/PAEFI, houve o repasse de R\$ 136.500,00 (cento e trinta e seis mil e quinhentos reais) e na **Proteção Social Especial de Alta Complexidade** o Estado repassou R\$ 138.600,00 (cento e trinta e oito mil e seiscentos reais), sendo o serviço executado pelas entidades: Instituição Espírita Nosso Lar, Sociedade Espírita Legionárias do Bem, Lar de idosos Euripedes Barsanulfo, Fundação Espírita Judas Iscariotes, Casa São Camilo de Lellis e Sociedade Francana de Instrução e Trabalho dos Cegos. Os rendimentos foram de R\$ 1.580,19 (um mil quinhentos e oitenta reais e dezenove centavos) e os recursos e rendimentos foram gastos na sua totalidade. Na **Proteção Especial de Média Complexidade – Medidas Socioeducativas**, o repasse foi de R\$ 115.200,00 (cento e quinze mil e duzentos reais) e foi executado pelo CREAS, sendo aplicado o valor de R\$ 115.253,50 (cento e quinze mil duzentos e cinquenta e três reais e cinquenta centavos) e devolvido o valor de R\$ 936,68 (novecentos e trinta e seis reais e sessenta e oito centavos), referente aos rendimentos do ano. Sandra esclareceu que o Estado não permite reprogramação de saldos, portanto os recursos não aplicados devem ser devolvidos. Dalva explicou que é obrigatória a aplicação dos recursos em poupança e o Órgão Gestor, atualmente, não tem como acompanhar esses rendimentos, porém essa é uma questão que precisará ser revista, evitando assim, a devolução desses rendimentos. Após algumas considerações e esclarecimentos, a Prestação de Contas do Estado – 2013 foi aprovada. Passando ao próximo assunto sobre a alteração na Lei de Criação do CMAS, Tina explicou que desde o ano passado a comissão vem se reunindo para estudar e discutir a proposta de alteração dessa Lei. Disse que neste ano já foi realizada uma reunião e nesta ficou definido que seria apresentada uma proposta de cronograma para discussão e aprovação do colegiado. Disse que a aprovação da alteração da Lei de Criação é uma prioridade do Conselho, porém acredita que o

71 grande desafio é garantir a participação efetiva do usuário no Conselho, apontado
72 que deverão ser promovidas capacitações para que todos os conselheiros
73 possam atuar com efetividade, responsabilidade e conhecimento. Apresentou a
74 proposta da comissão de realizar uma reunião extraordinária para discussão da
75 Lei, ou promover essa discussão na próxima reunião ordinária do CMAS, no dia
76 20 de fevereiro, somente com essa pauta. Marcio afirmou considera mais viável
77 realizar essa discussão no dia 20, considerando que no mês de abril deve ser
78 realizada a renovação do colegiado, sendo importante que esse processo eleitoral
79 já ocorra de acordo com a nova proposta de alteração. Indicou ainda que, caso
80 seja necessário, deverá ser analisada a viabilidade de prorrogação do mandato
81 por 30 ou 60 dias, garantindo-se o processo eleitoral nos moldes da lei já
82 reformulada. Tina recomendou que as discussão sejam realizadas no dia 20 e
83 sugeriu que no caso de surgir algum assunto de urgência, o colegiado poderá
84 realizar uma reunião extraordinária. Marcio lembrou que talvez seja necessário
85 ampliar o horário dessa reunião de discussão, considerando que a Lei é bastante
86 extensa. Cida sugeriu que sejam enviadas as exposições de motivos, ou seja, os
87 motivos das alterações propostas para facilitar a análise dos conselheiros. Tina
88 explicou que a resolução 237/2006 do Conselho Nacional traz as orientações
89 sobre essa alteração, e que essa será encaminhada aos conselheiros. Marcio
90 enfatizou que a Lei de Criação do CMAS é anterior a Política Nacional de
91 Assistência Social e, portanto são necessárias algumas adequações às
92 legislações e normativas atuais. Apontou ainda que devemos garantir que essa
93 reunião seja bastante divulgada entre as entidades, trabalhadores e outros
94 interessados promovendo uma discussão ampliada da Lei. A assessora dos
95 conselhos, Sra. Mariangela, questionou se está previsto na composição do
96 Conselho, a presença de representante de usuários representantes de idosos,
97 considerando que este é um dos itens do Programa Cidade Amiga do Idoso.
98 Marcio esclareceu que a proposta do CMAS é que a composição da sociedade
99 civil seja tripartite dividida entre representantes de usuários, de entidades e de
100 trabalhadores e assim essa representação do idoso deverá ser na categoria
101 usuário. Feitos os esclarecimentos necessários, ficou definido que a discussão da
102 proposta de alteração da lei de criação do Conselho será realizada no próximo dia
103 20 de fevereiro. Dando seguimento passou-se ao assunto seguinte sobre a IX
104 Conferência Nacional da Assistência Social. As delegadas Tina, Maria Amélia e
105 Lucineia discorreram sobre a experiência de participar da Conferência de

Assistência Social apontando que as participações nas etapas Estadual e Nacional ofereceram a possibilidade de reflexão sobre a diversidade das regiões brasileiras, sendo possível perceber que há cidades ou regiões em que a assistência social tem seu espaço respeitado e reconhecido e outros em que ainda se faz necessário a conscientização do poder público e da comunidade sobre o trabalho que deve ser realizado. A delegada Karla, não esteve presente na reunião, porém enviou as suas contribuições e destacou que a participação das pessoas com deficiência foi bastante significativa, porém foram apontadas dificuldades com relação à garantia de acessibilidade no evento, especialmente com relação às questões estruturais. As delegadas apresentaram algumas discussões ocorridas nas mesas temáticas e algumas deliberações aprovadas. Tina informou que as deliberações finais da conferência estavam sendo publicadas naquele dia e que por isso não foi possível trazê-las anteriormente, porém Maria Amélia se comprometeu de encaminhar o documento a todos os conselheiros. Lucineia trouxe alguns dados que apontam que atualmente existem 778.283.000 trabalhadores do SUAS, sendo que 246.236.000 estão no Órgão Gestor, 18.534 nos Órgãos Estaduais e 535.145 na rede privada sem fins lucrativos. Com relação aos trabalhadores da rede privada destacou que 199.087 são voluntários e 19.189 são estagiários. Informou que foi publicada a Portaria 137 de Dezembro de 2013, que institui a Mesa de Nacional da Gestão do Trabalho do SUAS e apontou a importância de instituição de mesas de negociação dos trabalhadores do SUAS. Falou que no estado de São Paulo já existe a Frente Parlamentar em Defesa do SUAS e o Fórum Estadual de trabalhadores do SUAS, disse que tem recebido material sobre as discussões neste Fórum e falou da possibilidade de ser realizada uma reunião regional no município. Maria Amélia apresentou algumas publicações e materiais que foram distribuídos na Conferência Nacional e assinalou que este material ficará disponível para todos os conselheiros e integrará o acervo bibliográfico do Conselho. Dando seguimento passou-se ao informe sobre o Pleito Conseas 2014. Maria Amélia explicou que o Conseas publicou o edital e deliberação no início do ano e que de acordo com o calendário a habilitação de candidatos e eleitores está prevista para início de Fevereiro e a eleição será no mês de Março. Considerando que não houve tempo hábil para constituição de comissão do Pleito Conseas, Maria Amélia discutiu com a Tina e com a comissão do pleito eleitoral do ano passado e assim decidiram realizar um chamamento das entidades em uma

141 assembleia para orientação e escolha de candidatos, que foi realizada na última
142 segunda feira, 03 de Fevereiro. Nesta reunião estiveram presentes 06 entidades,
143 sendo eleita uma candidata, Cristiany de Castro e 06 eleitores. Disse que o prazo
144 para entrega de documentação de habilitação ao Pleito Conseas, encerra-se
145 neste dia 07 de fevereiro e a Secretaria Executiva do CMAS está recebendo a
146 documentação e fará o encaminhamento ao Conseas. O informe seguinte referiu-
147 se a mudança de endereço da ADEFI e o presidente da entidade, José Carlos,
148 disse que está muito satisfeito com a sede própria, considerando que estão
149 completando 22 anos e agradeceu o apoio do Órgão Gestor e Conselho.
150 Passando ao próximo informe sobre as novas parcerias para execução de
151 serviços, Dalva disse que o Órgão Gestor tem tido dificuldades em compor as
152 equipes de trabalho para o desenvolvimento desses serviços, considerando a Lei
153 de Responsabilidade Fiscal que limita a contratação de servidores, e assim
154 definiu-se pelo processo de seleção de Planos Trabalhos e a entidade
155 selecionada para execução do Serviço de Proteção Especial de Media
156 Complexidade à adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas foi a
157 ESAC. Apontou que o processo de transição iniciará na próxima semana. Quanto
158 ao serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias, a entidade
159 selecionada que apresentou o Plano de Trabalho que foi avaliado e considerado
160 exequível foi a Casa de Acolhida Filhos Prediletos. Essa entidade possui a sua
161 sede em São Paulo sendo inscrita no Conselho Municipal de São Paulo. As duas
162 entidades foram orientadas a inscrever os seus serviços no conselho. Tina
163 esclareceu que ficou preocupada quando foi solicitada a sua assinatura, em
164 requerimento para a liberação do recurso para a Entidade “Casa de Acolhida
165 Filhos Prediletos”. Apesar de ter assinado o documento, afirmou ter ficado
166 “desconfortável”, pois a referida entidade não fez a inscrição no CMAS e o Plano
167 de Trabalho da mesma não foi apreciado pelo colegiado. Disse que tem
168 conhecimento de que a Lei Municipal prevê que a entidade tem 60 dias para
169 inscrição no Conselho. Conversou com a Secretária de Ação Social, sobre esta
170 questão, ficando combinado que as entidades que não são inscritas no CMAS, e
171 que tiverem o plano de trabalho selecionado pelo Órgão Gestor, este deverá ser
172 apresentado ao CMAS, imediatamente, para ser analisado em caráter de
173 urgência. Dalva esclareceu que o fato da sede ser em São Paulo e a aprovação
174 do Plano ter sido no final do ano, dificultaram e retardaram esse processo. Os
175 conselheiros Marcio e José Fernando, além da diretora de proteção especial, Ana

176 Paula, apontaram algumas questões referentes ao serviço de medidas
177 socioeducativas, assinalando a falta de articulação entre as Políticas Públicas e o
178 Sistema de Garantia de Direitos. José Fernando falou da importância de não focar
179 o trabalho somente na Liberdade Assistida e comentou que existe uma proposta
180 de execução de um projeto de extensão universitária ligado a UNESP, que tem
181 por objetivo dar suporte para quem desenvolve este trabalho e que irá solicitar o
182 apoio da equipe, bem como, verificará a possibilidade desta equipe fazer contato
183 com a ESAC. Finalizando, Maria Amélia apresentou a proposta de capacitação do
184 Tribunal de Contas da União, apontando que foi aberta recentemente um curso
185 on-line: “Controle Exercido por Conselhos de Assistência Social”, disse que se
186 inscreveu no curso e incentivou a participação dos conselheiros no referido curso.
187 Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e ata lavrada pela secretária
188 executiva do CMAS.